(DES)ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: ESTUDO DE CASO DA TRAJETÓRIA DE UMA JOVEM NEGRA

Milena Kuhnen[1]

Gisely Pereira Botega[2]

RESUMO: De acordo com as estatísticas do Conselho Nacional de Justiça (2019), 92,47% dos pretendentes aceitam adotar apenas crianças brancas, tendo somente 55,53% das famílias que aceitam crianças negras. Diante desses dados é possível perceber que as crianças/adolescentes negras têm menos chances de serem adotadas e estão sujeitas a ficar um tempo maior nas casas lares, correndo até o risco de talvez nunca serem adotadas e permanecerem até a maioridade em uma instituição de acolhimento. É evidente que essas preferências dos adotantes por crianças/adolescentes de cor branca ocorrem por conta de um racismo que existe em nossa sociedade desde o século XV. Diante desse cenário, buscou-se identificar os possíveis efeitos na saúde mental de jovens negros/as que passaram parte da vida em acolhimento institucional e não foram adotados/as até a maioridade. A presente pesquisa se apresenta como um estudo de caso e para poder realizar esse estudo de caso foi entrevistada uma jovem negra da região da Grande Florianópolis. As narrativas escutadas durante a realização da entrevista com a participante foram analisadas a partir de práticas discursivas de Mary Jane Spink e Benedito Medrado (2013), e se obteve como resultado que há possibilidades dos/as jovens negros/as desenvolverem um sofrimento psíquico.

PALAVRAS-CHAVE: Jovem Negra; Saúde Mental; Acolhimento institucional.

ABSTRACT: According to the statistics of the National Council of Justice (2019), 92,47% of applicants accept to adopt only white children, having only 55,53% of the families that accept black children. Given these data, it is possible to notice that black children/teenagers are less likely to be adopted and are subject to spending more time in adoption homes, taking the risk of maybe never being adopted and remaining until the age of majority in a host institution. It is evident that these preferences of adopters for white children/teenagers occur due to the racism that has existed in our society since the 15th century. In view of this scenario, we

[1] Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina. milenakuhnen40@gmail.com
[2] Doutora em Educação – UFSC. Professora na Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL.

sought to identify the possible effects on the mental health of young blacks who spent part of their lives in institutional care and were not adopted until the age of majority. This research presents itself as a case study and in order to carry out this case study, a young black woman from the region of Grande Florianópolis was interviewed. The narratives heard during the interview with the participant were analyzed based on the discursive practices of Mary Jane Spink and Benedito Medrado (2013), and it was obtained as a result that there is a possibility for young blacks to develop psychological suffering.

KEYWORDS: Black Young Woman; Mental Health; Institutional Reception.

1 INTRODUÇÃO

Antes de apresentar o meu trabalho, gostaria de informar a você leitor que este projeto é uma pesquisa de Conclusão de Curso apresentado na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, como requisito parcial para obtenção do título de psicólogo, sendo este um componente curricular do Curso de Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina. Além disso, também gostaria de informar a você que me reconheço como uma mulher branca interessada no compromisso de uma Psicologia engajada com a Saúde Mental de pessoas negras e no enfrentamento ao racismo estrutural.

1.1 PROBLEMÁTICA

De acordo com a Associação dos Magistrados Brasileiros (s/a, p.9), “a palavra adotar vem do latim *adoptare*, que significa escolher, perfilhar, dar o seu nome a, optar, ajuntar, escolher, desejar”. Do ponto de vista jurídico, a adoção é considerada um processo legal, em que se podem transferir todos os direitos e deveres de pais biológicos para uma família substituta. Porém, isso ocorre apenas quando se esgotam todas as possibilidades de convivência com a família de origem (ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS, s/a).

Além disso, o Código Civil e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) regulamentam que a adoção deve priorizar as reais necessidades, interesses e direitos da criança/adolescente (ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS, s/a). Portanto, o acolhimento institucional, sendo este o termo agora utilizado, substituindo a palavra

“abrigo”, se torna uma das medidas de proteção previstas pela Lei Federal nº 8069/1999 (ECA), que tem como seu principal objetivo encontrar uma família para crianças e adolescentes que tenham sido abandonadas ou afastadas da família em decorrência de violação de seus direitos (AMIM E MENANDRO, 2007). Pode acontecer também em situações em que os pais faleceram, são desconhecidos ou concordam com a adoção. Em casos em que as mães são adolescentes (entre 12 e 17 anos), elas só poderão entregar o seu filho para adoção, se o responsável autorizar. Além disso, é necessário que o adotante seja pelo menos 16 anos mais velho que o adotado (ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS, s/a).

Segundo informações dos cadernos de orientações técnicas para serviço de acolhimento produzido pelo Ministério de Desenvolvimento Social, Brasil (2009), quando crianças e adolescentes são encaminhados/as para acolhimento institucional, é preciso que seja realizado grandes esforços pela rede proteção e atenção para viabilizar que esses sujeitos permaneçam neste local no menor tempo possível, ou seja, um período inferior a dois anos. Entretanto, em alguns casos acontece de a criança ou o adolescente permanecer no serviço de acolhimento por um tempo maior que dois anos, ou seja, são os casos mais difíceis de garantir o direito a uma convivência familiar. Mas mesmo nestes casos, em hipótese alguma deve se desistir de procurar alternativas para se garantir a eles/as uma família substituta ou a reinserção na família de origem ou na ampliada, pois, é necessário considerar os prejuízos que ocorrem no desenvolvimento dessas crianças e adolescentes se ficarem sem convivência familiar (BRASIL, 2009).

No entanto, vale refletir, que um dos motivos que podem ocasionar esse serviço de acolhimento institucional prolongado, é a etapa que acontece anteriormente, isto é, quando a criança fica a espera do poder judiciário de definir sua situação familiar (ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS, s/a). Ou seja, é preciso primeiramente que se verifique se realmente houve violação aos direitos das crianças, para posteriormente poder acolhê-las (PELLENZ, S/A). Conforme ressalta Maria Berenice Dias:

> Infelizmente, as ações se arrastam. É tentada, de forma exaustiva, e muitas vezes injustificada, a mantença do vínculo familiar. Em face da demora no deslinde do processo, a criança deixa de ser criança, tornando-se “inadotável”, feia expressão que identifica que ninguém quer. O interesse dos candidatos à adoção é sempre pelos pequenos. Assim, a omissão do Estado e morosidade da justiça transformam as instituições em verdadeiros depósitos enjeitados, único lar para milhares de jovens, mas só até completarem 18 anos. Nesse dia simplesmente são postos na rua [...] (DIAS, 2015, p. 478).

Pode-se problematizar o que Dias (2015) nos traz nessa citação referente ao interesse das famílias pela adoção por crianças mais novas, com os dados do Conselho Nacional de Justiça (2019), no qual mostra que 91,94% de crianças têm mais de seis anos e 86,73% dos pretendentes não aceitam adotar crianças com essa ou acima dessa faixa etária[3]. Contudo, como é possível garantir que as crianças e os adolescentes irão ficar um tempo inferior a dois anos em Acolhimento Institucional, visto que existem falhas por parte do Estado e da Justiça ao demorarem tanto para verificarem as situações familiares que estão indefinidas? Durante esse período de espera, as crianças vão crescer e deixar de serem crianças, e como pode se perceber pelas estatísticas, as famílias procuram pelos mais novos, e como consequências disso, os maiores não conseguirão ser adotados em um tempo inferior a dois anos como é previsto. Isso acaba fazendo com que o Estado não cumpra com o objetivo proposto, que seria o de proteger essas crianças e adolescentes e proteger os seus direitos. Existindo até a possibilidade de surgir indenizações por danos morais em desfavor do Estado, visto que essas crianças e adolescentes perdem a chance de serem adotados, por conta da falta de agilidades nos processos de destituição familiar (DIAS, 2015 apud PELLENZ, 2018).

Para mais, de acordo com os dados do Conselho Nacional de Justiça (2019), existem na fila de espera para poder adotar uma criança 46,2 mil pretendentes, e existem aproximadamente, 9,5 mil crianças no Cadastro Nacional de Adoção (CNA) e apenas 5 mil estão, efetivamente, disponíveis para adoção[4]. Esses dados nos comprovam mais uma vez, que existe um erro por parte do Estado e da Justiça ao demorarem tanto para definirem a situação familiar da criança, pois se não houvesse essa omissão, não teria apenas 5 mil crianças e adolescentes disponíveis para adoção, mas sim as 9.5 mil.

Diante disso, pode se questionar também, como as crianças não estão sendo adotadas se existem mais famílias do que crianças a espera de uma adoção? Diante desse questionamento, vale ressaltar, que além da questão da idade das crianças, existem também outros perfis específicos que os pretendentes a adoção não aceitam. Conforme ressalta Araujo e Faro (2017), os perfis pouco desejáveis pelos pretendentes são: os/as negros/as, os que apresentem alguma deficiência ou problemas de saúde e os que formam grupo de irmãos. Sendo assim, “o

[3] Disponível em: http://www.mppr.mp.br/2019/05/21555,11/Idade-cor-da-pele-e-problemas-de-saude-diminuem-as-chances-de-adocao-de-criancas-e-adolescentes-que-estao-em-entidades-de-acolhimento-.html - Acesso em: 31 de março de 2020.

[4] Disponível em: https://observatorio3setor.org.br/carrossel/adocao-no-brasil-a-busca-por-criancas-que-nao-existem/ - Acesso em 31 de março de 2020.

processo de escolha das características do/a filho/a adotivo está marcado por uma dinâmica social na qual estão envolvidos estereótipos que geram expectativas por parte dos adotantes; afetando – assim a probabilidade das adoções ocorrerem" (AMIM & MENANDRO, 2007; ISHIZAWA & KUBO, 2014; JEROME & SWEENEY, 2014; MERÇON-VARGAS, ROSA, & DELL'ÁGLIO, 2011 apud ARAUJO; FARO, 2017, p. 792).

Esses estereótipos se comprovam mais uma vez a partir das estatísticas, no qual o Conselho Nacional de Justiça (2019) nos mostra que 92,47% dos pretendentes aceitam apenas crianças brancas, tendo somente 55,53% das famílias que aceitam crianças negras, além disso, só 37,99% dos adotantes concordam em adotar crianças com problemas de saúde ou alguma deficiência e 63,23% não aceitam grupos de irmãos, sendo que 60,98% das crianças que estão em serviço de acolhimento têm irmãos[5]. Ou seja, com todos esses dados, podemos concluir que por conta dos pretendentes procurarem características específicas nos adotados, isso dificulta com a adoção, pois a maioria das crianças que estão na fila de espera para serem adotadas não se enquadram a esse perfil de preferência.

Essas preferências dos adotantes por crianças de cor branca ocorrem por conta de um racismo que existe em nossa sociedade desde o século XV. Essa época ficou marcada pelo processo de escravidão que ocorria com os/as negros/as africanos/as, sendo este o momento que ficou conhecido como o período em que os/as negros/as eram tratados/as como uma propriedade que poderia ser vendida para utilizarem como força de trabalho, onde crianças negras eram separadas de suas mães e pais e vendidas/trocadas como mercadoria. Além disso, no século XIX se começou a ter teorias sobre o racismo do ponto de vista científico, que foi quando os europeus começaram a escrever sobre grupos humanos que biologicamente poderiam ser considerados diferentes uns dos outros. Nesses escritos, eles informavam que um grupo evoluía mais que o outro, e, consequentemente, esse grupo (brancos/as) seria superior ao outro (negros/as) (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2017).

No entanto, foram realizados estudos acerca do tema raça e essas pesquisas nos comprovaram que do ponto de vista biológico, não existe raça, e do ponto de vista genético, não há diferencial de potencial entre negros, brancos, pardos, indígenas (CONSELHO

[5] Disponível em: http://www.mppr.mp.br/2019/05/21555,11/Idade-cor-da-pele-e-problemas-de-saude-diminuem-as-chances-de-adocao-de-criancas-e-adolescentes-que-estao-em-entidades-de-acolhimento-.html – Acesso em: 31 de março de 2020.

FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2017). Porém, percebe-se que mesmo diante desses estudos, as desigualdades raciais ainda continuam existindo, ou seja, os/as brancos/as ainda se mantêm superiores aos negros/as, e isso ocorre porque o racismo está estruturado em nossa sociedade.

Silvio Almeida em seu livro "Racismo Estrutural" publicado em 2019 nos traz que quando o racismo é reproduzido isso ocorre porque está vinculado a uma ordem social. Para ficar mais evidente o que Almeida tenta dizer com isso, irei trazer o exemplo sobre as instituições que ele cita no livro. Sendo assim, conforme ressalta o autor, quando as instituições são construídas em uma determinada sociedade, a mesma se estrutura/se constrói a partir desse seu meio social em que foi inserida, portanto, o racismo que essa sociedade expressa, a instituição irá reproduzir também, pois esse meio vai "induzir" nas ações dessa instituição.

Portanto, se as instituições não tratarem de maneira ativa o problema existente em relação à desigualdade racial, irão apenas reproduzir as práticas racistas já tidas como "normais" e como "regra" em toda a sociedade (ALMEIDA, 2019). Além disso, "entender que o racismo é estrutural, e não um ato isolado de um indivíduo ou de um grupo, nos torna ainda mais responsáveis pelo combate ao racismo e aos racistas" (ALMEIDA, 2019, p. 51).

Diante dos expostos, podemos refletir que o racismo só é reproduzido porque a sociedade carrega a herança herdada desde a época da escravização, isto é, se passa de geração para geração. Ou seja, se uma geração antepassada estiver reproduzindo as desigualdades raciais, pode ocorrer de a nova geração fazer o mesmo, pois irão constituir as suas subjetividades a partir do meio social em que está inserido, e segundo Almeida (2019), as pessoas não nascem brancas ou negras, elas se tornam brancas ou negras, a partir do momento em que entram em contato com as ideias que estão sendo compartilhadas coletivamente.

Portanto, retomando sobre as questões de adoções. Se por séculos as gerações vão passando a ideia de que crianças negras são marginais, não tem educação, não são capazes intelectualmente como crianças brancas, por que os pretendentes a adoção irão querer adotar crianças negras? Fica evidente aqui, uma questão de racismo estrutural. Além disso, vale ressaltar que por consequência das relações raciais que são reproduzidas por ordem social, muitas dessas crianças negras não conseguem serem adotadas, como consequência, elas passam parte da vida institucionalizadas até completarem a maioridade e se tornarem jovens

que são desacolhidos/as institucionalmente. Isso pode causar um sofrimento psíquico nesses/as jovens negros/as, pois, de acordo com Porto e outros (1987), quanto maior o tempo em que o sujeito fica institucionalizado/a, afastado de convivência familiar e do contato social, maior a chance de se ter inúmeros efeitos psicossociais.

No entanto, ao pensar em estratégias para lidar com esse sofrimento psíquico dos/as jovens negros/as desacolhidos/as, podemos pensar na Psicologia como um meio de enfrentamento, pois esta profissão é uma ciência que estuda a subjetividade humana em seus diferentes aspectos (biopsicossocial), podendo oferecer contribuições importantes para explicar esses efeitos psíquicos que são causados por conta do racismo (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO PARANÁ, 2016). Além disso, o Código de Ética Profissional do Psicólogo informa que "o psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão" (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA, 2005, p. 7).

Entretanto, nós como futuras/os psicólogas/os, ou até os próprios psicólogas/os já formadas/os, temos que nos atentar que esses/as jovens negros/as vão ter suas singularidades, ou seja, cada um/a tem a sua subjetividade, cada um/a tem a sua forma de lidar com as desigualdades sociais, portanto, os efeitos que podem ocorrer na saúde mental desses/as jovens negros/as, por conta do racismo estrutural, institucional e individual do desacolhimento institucional irá se desenvolver de formas diferentes em cada um/a. E diante disso, me questiono: **Quais os efeitos que podem ocorrer na saúde mental de jovens negros/as que passaram parte da vida em acolhimento institucional e não foram adotados/as até a maioridade?**

Em busca de responder o questionamento acima, minha pesquisa procurou - como seu objetivo geral - identificar os possíveis efeitos na saúde mental de jovens negros/as que passaram parte da vida em acolhimento institucional e não foram adotados/as até a maioridade. Além disso, buscou também - como objetivos específicos - identificar quais principais desafios e dificuldades os/as jovens negros/as enfrentaram frente ao processo de acolhimento e desacolhimento institucional; Conhecer a relação entre racismo e acolhimento institucional na perspectiva dos/as jovens negros/as que passaram parte da vida abrigados; Problematizar os desdobramentos psicossociais do racismo na saúde mental de

jovens negro/as que passaram parte da sua vida abrigados/as; Mapear os processos de resistências dos/as jovens negros/as diante o racismo estrutural e intersubjetivo.

1.2 JUSTIFICATIVA

Para a elaboração deste projeto, foi realizada no mês de março de 2020 uma busca por produções científicas nas bases de dados Pepsic, Scielo e Google Acadêmico, a fim de identificar quais poderiam contribuir com a proposta desta pesquisa. Foram encontrados no total trinta e oito artigos, sendo dezenove relacionados à adoção, oito relacionados à psicologia e relações raciais e onze relacionados à Saúde Mental de negros.

Em relação aos trinta e oito artigos encontrados, foram selecionados dez para a construção do projeto. A fim de selecionar quais iriam ser utilizados, foi analisado o resumo de todos os artigos encontrados, e os que mais se aproximaram do tema foram escolhidos e lidos por completo. Entretanto, vale ressaltar que nenhuma dessas produções científicas encontradas nessas bases de dados, abordavam diretamente sobre o tema deste projeto, apenas se aproximavam em alguns quesitos, sendo assim, faz-se necessário pesquisar, esclarecer e refletir mais sobre o assunto.

Para mais, pode-se perceber uma escassez existente de produções científicas sobre o tema relações-raciais por parte dos/as psicólogos/as também, pois segundo o Conselho Federal de Psicologia (2017), são feitas aproximadamente apenas dez produções cientificas por ano, ou seja, não é tão comum que discutam sobre esta temática, e, consequentemente, isso indica que ainda existe uma negação frente a esse tema por parte desses profissionais. Além disso, ao pensar que este campo não é muito discutido na formação dos profissionais, me remete ao Código de Ética do Profissional de Psicologia, pois ele traz que é preciso "assumir responsabilidades profissionais somente por atividades para as quais esteja capacitado pessoal, teórica e tecnicamente" (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA, 2005, p.8).

Sendo assim, como os profissionais já formados, que atuam com acolhimentos institucionais na rede de proteção de crianças e adolescentes, vão estar atuando em um campo de conhecimento de forma efetiva e responsável, como traz o Código de Ética, sendo que esses profissionais não tiveram uma formação voltada para essas desigualdades raciais e nem como isso pode causar efeitos na saúde mental dos/as negros/a? Desta forma, percebe-se que

essa situação se torna preocupante, pois essas crianças e adolescentes podem estar sendo atendidos de forma inadequada, por conta da falta de preparo e conhecimento por parte dos profissionais de Psicologia.

No entanto, segundo o Conselho Federal de Psicologia (2017), algumas hipóteses foram levantadas com o intuito de justificar a falta de estudos que pensem sobre raça, uma delas é o fato de que a grande maioria dos/as psicólogos/as são brancos/as. Diante disso, pode-se refletir que este seja um dos motivos para que os autores mais estudados sejam homens brancos, no qual constroem conceitos para trabalhar apenas o sofrimento psíquico dos/as brancos/as, deixando de tratar adequadamente a população negra, e consequentemente, os sujeitos não-brancos acabam sendo discriminados por quem deveria estar acolhendo eles/as (VEIGA, 2019).

Além disso, trazer questões sobre raça, é pensar também sobre branquitude, e ao refletir sobre isso, seria admitir os privilégios que os/as brancos/as obtêm por conta do racismo (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA 2017). Portanto, é preciso pensar o lugar que esses/as psicólogos/as - sendo a maioria branco/a - ocupam, pensar o seu lugar de fala, pois isso faz com que alguns não consigam compreender o real problema existente frente ao sofrimento racial e que isso pode ocasionar um grande impacto nas subjetividades dos negros/as (VEIGA, 2019). Sendo assim, é preciso dizer "não a uma certa psicologia, branca demais para acolher e tratar dos efeitos do racismo [...]" (VEIGA, 2019, p. 247). E eu como futura psicóloga branca, quero dizer não a essa Psicologia e por isso me comprometi a trazer como debate esta temática, pois assim posso de alguma forma contribuir através da produção de pesquisa no enfrentamento às desigualdades raciais.

Importante salientar também como relevância social e científica deste trabalho que os acolhimentos institucionais em suas equipes técnicas de referência preveem a contratação de psicólogos/as nestas instituições. Se estamos falando de uma Psicologia que é predominantemente formada por profissionais brancos/as é fundamental compromisso ético e político em relação à categoria raça já que as instituições podem atuar tanto na reprodução como no enfrentamento ao racismo estrutural e intersubjetivo. E segundo a Resolução CFP Nº 018/2002[6] em seu Art. 2º "os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a discriminação ou preconceito de raça ou etnia" (p.2). Além disso, a Resolução traz também

[6] Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF - Acesso em 04 de julho de 2020.

em seu Art. 5º que “os psicólogos não colaborarão com eventos ou serviços que sejam de natureza discriminatória ou contribuam para o desenvolvimento de culturas institucionais discriminatórias” (p.2).

2 MÉTODO

A presente pesquisa possui natureza qualitativa, isto é, o seu foco será nas qualidades subjetivas dos sujeitos, ou seja, esse tipo de pesquisa irá trabalhar “com o universo de significados, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2001, p.21). Além disso, ela foi considerada exploratória, pois segundo Minayo (2001), ao utilizar de uma pesquisa assim, poderá se obter uma maior aproximação com o campo pesquisado e ter uma visão mais ampla das informações. Quanto ao corte do projeto, foi transversal, pois foi realizado em um momento pontual, ou seja, “a pesquisa é realizada em um curto período de tempo, em um determinado momento, ou seja, em um ponto no tempo, tal como agora, hoje” (FONTELLES et al., 2009, p. 7).

Para mais, o projeto se apresenta como um estudo de caso. Conforme ressalta Yin (2015), uma pesquisa com este delineamento pode ser considerada uma investigação mais detalhada de um fenômeno contemporâneo (o “caso”) dentro de um contexto de vida real. Para a realização desse estudo de caso, foi entrevistada uma jovem de 19 anos da região da grande Florianópolis. A mesma se autodeclara negra, passou parte da sua vida em acolhimento institucional e não foi adotada até completar a maioridade (sendo estes os critérios de inclusão da minha pesquisa). Além disso, não está trabalhando no atual momento e está morando com uma funcionária que trabalhou na Casa de Acolhimento que ela residiu no período de cinco anos e meio.

Ao longo deste projeto irei me referir a jovem com o pseudônimo de Liz para poder manter o sigilo e o anonimato. Sendo assim, para poder encontrar Liz, realizei contato telefônico com dez casas de Acolhimento Institucional da região da Grande Florianópolis, obtive resultado com apenas uma casa de Acolhimento, pois algumas casas não me atenderam e outras não conheciam ninguém que se encaixava nos critérios de inclusão da minha pesquisa. Após ter realizado as tentativas de contato com essas casas, entrei em contato telefônico com a única jovem que encontrei, convidei a mesma a participar da minha

pesquisa, e durante a realização desse contato, apresentei a proposta a ela e verifiquei se a mesma possuía interesse em participar, tendo total liberdade de recusar o convite, caso não se sentisse confortável em realizar sua participação. Vale ressaltar, que esse contato foi realizado somente após a aprovação do Comitê de Ética da UNISUL[7].

Ao realizar a primeira entrevista com a participante, perguntei a mesma se ela conhecia outros/as jovens negros/as para poder me indicar, pois a principio iria entrevistar três sujeitos de pesquisa. A Liz me indicou uma amiga sua que morou com ela na casa de Acolhimento Institucional. Essa segunda indicação, havia aceitado participar da minha entrevista quando entrei em contato telefônico com ela, mas de último momento essa jovem acabou desistindo de participar. Portanto, tive que construir meu artigo a partir de um único caso, pois não consegui encontrar mais ninguém que se encaixava nos critérios de inclusão da minha pesquisa. Além disso, fiz uma arte para poder divulgar nas redes sociais também, solicitei ajuda para familiares e amigos me ajudarem na divulgação, mas através das redes sociais não obtive nenhum retorno. Como ocorreu esse imprevisto de não conseguir mais participantes para a minha pesquisa, se tornou necessário realizar mais uma entrevista com a jovem negra que eu já havia entrevistado, pois como seria o estudo de um único caso, eu precisava me aprofundar mais em sua história. As duas entrevistas tiveram duração média de 40 minutos cada.

As duas entrevistas que foram realizadas com a Liz, foram entrevistas semi-estruturadas. De acordo com Tozoni-Reis (2009), ao utilizar esse instrumento de entrevista, a pesquisadora terá o seu roteiro como ponta de referência, entretanto, a mesma terá total liberdade para poder alterar esse roteiro durante a entrevista. Para mais, a primeira entrevista teve no total 14 perguntas e a segunda 22 perguntas que compuseram um roteiro, elas foram construídas a partir dos objetivos específicos do projeto, em busca de poder alcançar o objetivo geral e específicos.

Foi combinado com a participante de realizar as entrevistas de forma virtual, pois considerando que atualmente estamos vivenciando uma situação preocupante e delicada em decorrência da gravidade da pandemia do COVID-19 no Estado de Santa Catarina, e desta forma, não possuímos garantias de medidas de biosegurança tanto para a pesquisadora quanto para o entrevistada, foi preciso que as entrevistas fossem realizada de forma online através das

[7] O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da Unisul com o número do Parecer 4.233.314.

plataforma Meet. Com as entrevistas sendo realizada desta forma, foi gerada uma sala privada nesse aplicativo, na qual só a pesquisadora e a entrevistada tiveram acesso durante a realização das entrevistas. Sendo assim, tornou-se preciso que a participante tivesse acesso à internet e à tecnologia através de um celular ou computador. Além disso, é importante destacar também, que no momento em que as entrevistas foram realizadas, a pesquisadora e a entrevistada buscaram um local livre de ruído e de interrupções, na qual garantiu o sigilo das informações.

Durante a realização das entrevistas com a Liz, tornou-se necessário informar a mesma que a qualquer momento ela poderia desistir de participar da pesquisa, sem ter prejuízo nenhum, afinal, sua participação seria voluntária e sem custo. Além disso, foi encaminhado a ela o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido na realização da primeira entrevista, e com a entrevista sendo realizada de forma virtual, a pesquisadora precisou ler junto com a jovem o TCLE na íntegra via plataforma digital e tirar as dúvidas, após isso ela pôde dar o aceite de forma verbal. Para mais, a mesma consentiu a autorização para gravação de áudio da entrevista, e essa entrevista foi transcrita na íntegra e o conteúdo utilizado para análise dos dados. Vale destacar, que só a pesquisadora e a orientadora tiveram acesso a essas gravações.

Por fim, as narrativas escutadas durante a realização das duas entrevistas foram analisadas a partir das práticas discursivas. Conforme ressalta Spink e Medrado (2013, p.26), "o conceito de práticas discursivas remete, por sua vez, aos momentos de ressignificações, de rupturas, de produção de sentido, ou seja, corresponde aos momentos ativos do uso da linguagem [...]". Isto é, durante a realização das práticas discursivas, a linguagem se torna uma forma de (re)produzir os sentidos/significados que os sujeitos dão às suas vivências cotidianas (SPINK; MEDRADO, 2013).

Porém, de acordo com Spink e Medrado (2013), é importante ressaltar, que a linguagem é construída socialmente, pois os sujeitos estão a todo o momento em contato com o outro e com o novo, e segundo esses autores, é a partir disso que os indivíduos conseguem adquirir seus conhecimentos, é através dessa aprendizagem que os mesmos conseguem construir novos discursos. Portanto, Spink e Medrado (2013) afirmam, que quando o sujeito dá um sentido e um significado a algo a sua volta, usando da linguagem, isso ocorre a partir dos repertórios interpretativos que os mesmos construíram socialmente ao longo da sua trajetória de vida, isto é, esses repertórios interpretativos se tornam pontos de referências para os

sujeitos no momento em que eles dão sentidos e significados a algo (SPINK; MEDRADO, 2013).

Sendo assim, pode-se concluir que ao utilizar as práticas discursivas para poder analisar o discurso do sujeito durante a entrevista, estaremos adotando uma postura inspirada no campo do construcionista social. Segundo Spink e Medrado (2013, p.40)

> O construcionismo social está interessado em identificar os processos pelos quais as pessoas descrevem, explicam e/ou compreendem o mundo em que vivem, incluindo elas próprias. Nesse sentido, o foco de estudos passa das estruturas sociais e mentais para a compreensão das ações e práticas sociais e, sobretudo, dos sistemas de significação que dão sentido ao mundo.

Com o fim da pesquisa, foi realizada a devolutiva para a participante através da forma que ela escolheu, sendo assim, a devolutiva foi realizada com o envio do trabalho final por e-mail. Além disso, a mesma foi convidada a participar da minha defesa pública do TCC II que estava prevista para ocorrer em dezembro de forma online através da plataforma Teams.

3 ANÁLISE E DISCUSSÕES

3.1 DESAFIOS E DIFICULDADES ENFRENTADAS PELA JOVEM NEGRA FRENTE AO SEU PROCESSO DE (DES)ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: A NECESSIDADE DE SE DAR MAIOR ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL.

Este projeto destinou-se a fazer uma pesquisa com uma jovem, portanto de acordo com a Lei nº 12.852/2013 que dispõe sobre os direitos dos/as jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude, informa em seu Art. 1º que "são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade". Portanto, a participante que entrevistei se encaixa nessa categoria de juventude, pois a mesma esta com 19 anos de idade atualmente. Ao pensar nessa categoria juventude, a Assembleia Legislativa (2018)[8] do Rio Grande do Sul (2018) traz que os/as jovens por serem considerados/as a população mais "saudável", muitas vezes não ganham a atenção necessária da saúde. Porém, se pensarmos em jovens que vivenciaram parte da sua vida em um acolhimento institucional e após isso um desacolhimento ao completar seus 18 anos, será que realmente esses/as jovens não precisam de uma maior atenção a sua saúde?

[8] Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repdcp_m505/CSMA/2018%20-%20Adolesc%C3%AAncia%20e%20Sa%C3%BAde%20-%20Cartilha.pdf – Acesso em 04 de maio de 2020.

O Ministério da Saúde (2018)[9], ressalta que momentos de mudança podem ser de grande estresse e apreensão para alguns jovens, e sabemos que quando um/a jovem passa por um desacolhimento institucional, o mesmo vai estar passando por essa situação de enfrentar novas mudanças em sua vida, e consequentemente, surgirão novas emoções/sentimentos, e de acordo com o Ministério da Saúde (2018) se esses sentimentos não forem reconhecidos e gerenciados, podem levar os/as mesmos/as a ter um grande sofrimento. Liz em seus relatos corrobora com esta ideia de surgir novos sentimentos ao passar por uma nova mudança em sua vida, pois a mesma afirma que quando ocorreu o seu desacolhimento institucional, surgiram novos sentimentos nela, como "medo e solidão". Em seus relatos ela traz: "*eu tive muito medo porque eu não sabia o que eu ia fazer da minha vida, mas porque eu não tinha emprego, tinha acabado de terminar o ensino médio".* Além disso, surgiu sentimento de "*solidão, porque eu estava acostumado a viver com 20 pessoas e eu vim pra uma casa com 4, então isso é muito diferente, eu estava acostumada a sempre ter alguém ali, sempre ter barulho, e tipo no começo foi muito chato".* Ou seja, a partir dos relatos de Liz e em relação ao que o Ministério da Saúde (2018) informa, pode-se perceber que a categoria juventude precisa sim de uma maior atenção a sua saúde.

Para mais, além desses sentimentos de medo e solidão, Liz informou também que não se sentia preparada para enfrentar o seu momento de desacolhimento, pois apenas conversaram com ela sobre questões profissionais, ou seja,

> *Eles começaram a conversar sobre meio o que eu ia fazer da minha vida, só que eu trabalhava né, eu trabalhava desde que eu entrei lá, e aí, só que tipo assim, eu tava trabalhando em um lugar que não pagava muito bem, era jovem aprendiz, não tinha um salário para me sustentar e tal, aí a gente foi trabalhando essa ideia e tal de eu ter um emprego e tudo mais, [mas] foi só a questão de trabalho [...], tipo não tem um preparo pra sair.*

Com essa fala de Liz pode-se perceber mais uma vez o quanto fica frágil um/a jovem a sair do acolhimento institucional, comprovando mais uma vez a importância de se ter uma maior atenção a saúde desses/as jovens. Além disso, em uma pesquisa realizada por Porto e outros (1987), na cidade de Pelotas/RS com adolescentes em abrigos institucionais perto de completar a maioridade, eles obtiveram como resultado o mesmo que Liz trouxe em seu relato, que não existe um preparo para esse momento, e por conta disso, os/as jovens que não

[9] Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/ultimas-noticias/2800-jovens-e-saude-mental-em-um-mundo-em-mudanca-tema-do-dia-mundial-da-saude-mental-2018-comemorado-em-10-10 - Acesso em 04 de maio de 2020.

se sentiam preparados/as começaram a apresentar sintomas como depressão, isolamento, desânimo, desesperança e entre outros (PORTO et al., 1987).

Portanto, diante dos expostos que Liz traz em seus relatos e Porto e outros (1987) em sua pesquisa, pode-se afirmar que os/as jovens negros/as desacolhidos/as, sofrem de diferentes formas e contextos, e desta forma, se torna necessário o cuidado à Saúde Mental dos/as mesmos/as. De acordo com Amarante, em seu livro "Loucos pela vida", publicado em 2001, o termo Saúde Mental nasceu nos EUA com a reforma Psiquiátrica, que tinha como objetivo promover a saúde mental dos sujeitos. Com esse novo método passou a se valorizar mais o discurso do sujeito e não mais só o tratamento físico e químico, pois assim poderiam ter um olhar para o todo daquele indivíduo - bio-psico-social - e não apenas um olhar para a sua doença (AMARANTE, 2001). Além disso, Amarante (2007) no seu outro livro "Saúde Mental e Atenção Psicossocial", traz também, que o termo sofrimento psíquico ou mental é o objeto de intervenção em Saúde Mental - sendo este o objeto de intervenção que se pretende identificar ao fazer a pesquisa com a jovem negra desacolhida - pois isso permitiu que se compreendesse a história de vida dela, podendo se ter um olhar para o todo da participante - bio-psico-social.

Ao buscar esse olhar para o todo da jovem (bio-psico-social), pôde-se refletir um pouco sobre a sua história de vida. Sendo assim, concluiu-se que a mesma é permeada por fatores que podem causar um sofrimento psíquico, como o exemplo dos sentimentos que surgiram ao ser desacolhida. Mas, além disso, ela passou por outros momentos que de certa forma podem ter causado algum impacto na sua saúde mental também, como quando estava morando no acolhimento institucional. Se afirma isso, pois em um dos seus relatos Liz traz que

> *Até mesmo o sistema é desigual com as pessoas, porque muitas vezes eu presenciei muitas coisas, que por ser tratar de um lugar onde a gente deveria se sentir seguro, não deveriam acontecer e acontecia e isso me fez pensar muito se ali era realmente um lugar que era pra gente se sentir seguro de verdade ou era só um lugar pra gente problemática.*

Para mais, a participante afirma também que *"[...] quando tem concurso público e ai entra gente nova, as pessoas sempre ficam com um pé atrás, as pessoas têm uma visão muito distorcida de casa de acolhimento, elas sempre acham que é gente que cometeu um crime e por isso tá lá [...]"*, inclusive informa que alguns educadores são bem distantes, *"[...] só fazem tipo o mínimo do mínimo do mínimo, e acabou [...]".* Isso ocorre, porque de acordo com Costa (2014), o acolhimento institucional ainda é visto como um local marcado por

preconceito e violência, ou seja, as pessoas ainda enxergam esse local como um espaço para crianças e adolescentes pobres e sem família, e que por elas serem pobres e sem famílias as pessoas criam no seu imaginário que já tiveram uma vida criminosa e promíscua, e consequentemente, as consideram como "pivetes" e "marginais", e devido ao fato de terem sido filhos biológicos de uma "família desestruturada", jamais conseguirão "ter uma vida normal" (COSTA, 2014).

Outra situação que Liz informou que vivenciou na casa de acolhimento, na qual pode ser considerada uma violência à saúde mental dessas crianças/adolescentes é a questão da patologização que ocorre dentro desses ambientes, pois a mesma em uma de suas falas afirmou que *"[...]tinha uma época que tinha uma coordenadora que ela era muito louca, muito fora da casinha, [...] ela mandava todo mundo para o psiquiatra tomar remédio bem tantantan das ideias aquela mulher[...]".* Costa (2014) em seu artigo, afirma que essa patologização em casas de acolhimento ainda ocorre com grande frequência, pois a pobreza é vista como uma "vida desviante", e por conta disso é comum que as pessoas criem uma fantasia de que aquela criança ou o adolescente irá desenvolver algum comportamento negativo ou um transtorno mental. Portanto, segundo a autora, a medicalização excessiva nesses abrigos tem o intuito de conter qualquer comportamento compreendido como desvio de conduta. Além disso, ela afirma que "ao conhecer a história de vida dos acolhidos, permeada de agressões, é comum 'diagnosticar' a criança ou adolescente com transtorno de conduta, sendo essa uma forma atualizada do preconceito histórico contra a população pobre" (p.23).

Contudo, isso mostra a urgência que existe de cuidar da Saúde Mental desses/as jovens. Porém, conforme ressalta Costa (2014), o trabalho realizado com esses sujeitos deve se basear principalmente na escuta, além disso, é preciso que saibam respeitar a voz e o silêncio dos/as mesmos/as e proporcionar a eles/as que tenham condições de compreender sua própria história de vida e ressignificá-la de modo a superar as suas fragilidades. Além disso, de acordo com Lima (2011), esses indivíduos estão em constante mudança, pois a todo o momento estão em contato com o outro e com o novo, diante disso, se torna necessário o respeito às singularidades/subjetividade de cada um/a, pois os/as profissionais ao utilizarem de dispositivos para o cuidado da Saúde Mental dos sujeitos precisam compreender que para cada ser humano existirá um projeto de cuidado mais adequado. Entretanto, para isso ocorrer

é preciso que se construa uma relação entre o/a profissional e o indivíduo, envolvendo comprometimento e implicação nos espaços de encontro (LIMA, 2011).

3.2 O RACISMO INSTITUCIONAL E ESTRUTURAL: POSSÍVEIS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO

De acordo com as estatísticas do Conselho Nacional de Justiça (2019), apresentada na Introdução deste artigo, 92,47% dos pretendentes aceitam adotar apenas crianças brancas, tendo somente 55,53% das famílias que aceitam crianças negras. Além disso, Weber (1999 apud AMIM; MENANDRO, 2007) afirma também que a maioria dos pretendentes que irão adotar coloca como prioridade uma criança branca, alguns até aceitam uma criança parda, mas raramente aceitam uma criança negra. Esse relato de Weber (1999 apud AMIM; MENANDRO, 2007) e as estatísticas do Conselho Nacional de Justiça (2019), vão ao encontro com uma das falas de Liz, pois ao questionar a ela como ela enxergava as crianças/adolescentes que eram adotadas, a mesma me informou que ocorreu apenas uma vez de adotarem um grupo de irmãs que eram indígenas e *"o resto [das crianças adotadas] eram só brancas".*

Com isso, pode-se perceber que as crianças negras têm menos chances de ser adotadas e estão sujeitas há ficar um tempo maior nos acolhimentos institucionais (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO PARANÁ, 2016), correndo até o risco de talvez nunca serem adotadas e permanecerem até a maioridade numa instituição de acolhimento, como aconteceu com a participante entrevistada, pois a mesma não conseguiu ser adotada e ficou no Acolhimento Institucional até completar 18 anos e 6 meses.

Portanto, percebe-se que esses/as jovens negros/as sofrem essa dura realidade de não conseguirem serem acolhidos/as por conta do racismo. No entanto, vale ressaltar que não é só isso que ocorre, pois não pode se esquecer também que de acordo com os dados dos Índices de Vulnerabilidade Juvenil, dos Atlas e Mapas da Violência, os jovens negros/as estão tendo todos os seus direitos negados também, como por exemplo: o trabalho, o alimento, a educação e entre outros (GOMES; LABORNE, 2018). E pensando nessa questão da Educação que é um direito de todos/as, pode se remeter a uma fala que Liz trouxe, pois ela informa que ao pensar em *"classe, não se vê pessoas negras no topo da pirâmide, e ai sempre que a gente ta nesses lugares, ocupa esses lugares, tipo faculdade federal, sempre rola algo racista".* Além disso,

pensando ainda nesse contexto educacional, Liz informou também que já estudou em uma escola de ricos/as, no entanto, ela relatou que

> E*u não me via naquele meio, porque eu era negra e era uma escola de gente muito rica, tipo devia ter umas cinco pessoas negras na escola, então pra mim foi muito chato, porque eu tive que sair por não me sentir à vontade e eu senti como se eu tivesse falhado comigo mesma e com os outros.*

Segundo Gomes e Laborne (2018), essa violação aos direitos dos/as jovens negros/as ocorre porque as suas vidas são consideradas de nenhum valor, ou seja, isso ocorre porque a sociedade criou no seu imaginário um estereótipo acerca do/a negro/a, no qual a sua cor negra faz com que os/as brancos/as tenham medo e desconfiança dos/as mesmos/as, isto é, os/as brancos/as consideram que quanto mais for escura a cor da pele do/a negro/a, mais isso se torna um marco que os incriminam, provando que suas vidas não tem valor nenhum (GOMES; LABORNE, 2018). Liz em um dos seus relatos corrobora com esta ideia de que existe sim no imaginário da sociedade um estereótipo acerca do negro. Ela traz como exemplo uma situação que ocorreu com uma jovem dentro da casa de acolhimento, sendo assim, ela diz: *"já rolou de sumir carteira de educador e acusar uma menina sem ter prova nenhuma e a menina ser negra [...]"*, ou seja, por a sociedade criar no imaginário que pessoas negras são marginais, o funcionário que acusou a jovem, foi com esse pensamento estereotipado. Além disso, ela relatou também que

> *Teve uma vez, tipo a casa de acolhimento onde eu morava era dividida, tipo, no caso era meninas em uma casa e meninos em outra, aí tinha um menino que era muito mais negro, tipo muito mesmo, e aí ele ficava lá na frente da nossa casa às vezes e a gente conversava, aí uma vez foram polícias lá e revistou todo mundo sendo que tipo eu morava ali, só que a casa ficava em um bairro rico, e aí eles revistaram só a gente e nem perguntaram se a gente morava ali, foi muito chato.*

Ou seja, mais uma vez julgaram negros/as por conta dos estereótipos que foram criados no imaginário de pessoas brancas. Para mais, ao pensar nesse exemplo de revistarem um homem negro e do sexo masculino, pode se pensar também no que Gomes e Laborne (2018) trazem em relação a essa população negra ser a maior no encarceramento, isto é, 61% das pessoas que estão presas são negras. Com isso questiona-se: por que será que isso ocorre? Exatamente pelo simples fato de sempre acusarem as pessoas negras sem terem provas, acusarem elas por conta de um racismo que existe desde a época do colonialismo. Além disso, Cerqueira e outros (2017 apud GOMES; LABORNE, 2018, p.5) trazem também que "de cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras. Isto é, jovens e negros do sexo masculino continuam sendo assassinados todos os anos como se vivessem em situação de guerra".

Para mais, ainda pensando nesses estereótipos criados acerca dos/as negro/as, pode se citar também a Neusa Santos Souza[10], psicanalista negra de orientação lacaniana, nascida na Bahia, que lutou desde a década de 80 pela igualdade racial. Pois em 1983, ela publicou um livro chamado "Tornar-se Negro", e nesse livro ela informa que a sociedade ao transformar os/as negros/as em escravos/as, definiu este povo como uma raça, demarcando um lugar próprio para eles/as, lugar este que tinha uma posição de inferioridade. E com isso, os/as brancos/as conseguiram se tornar o padrão da estética, na qual definia os negros/as como o diferente, o irracional, o feio, o ruim, o sujo, o marginal, o símbolo da miséria e entre outros (SOUZA, 1983).

Ao pensar nessa ideia de que as pessoas enxergam os/as negros/as como feio, podemos trazer como exemplo uma situação que Liz vivenciou e que esta muito relacionado a esse padrão de beleza, Liz traz que

> *Tipo eu usava trança e aí tipo rolava muito das pessoas dizerem que eu ficava mais bonita de trança do que com o meu cabelo natural, as pessoas não têm noção que tipo isso é uma fala racista, que tipo como eu não fico bonita com meu cabelo? Eu nasci com ele, óbvio que ele combina comigo.*

Com essa fala, fica muito evidente como o padrão de beleza está relacionado ao branco, ou seja, para ser considerado um cabelo bonito, a pessoa precisa ter aquele cabelo longo e liso e não um cabelo cacheado e armado como costuma ser o de pessoas negras, igual ao cabelo da entrevistada que sofreu de racismo por conta disso, por conta de um estereótipo que existe acerca do negro.

Ao refletir ainda sobre esse lugar que Neusa Santos Souza (1983) cita que os brancos colocaram os/as negros/as, pode se citar como exemplo também uma situação que Liz vivenciou dentro da escola de "ricos/as" que ela estudou. Nessa escola, os/as professores/as duvidavam da sua inteligência, ou seja, eles/as acreditavam que por ela ser negra, ela não daria conta de resolver atividades escolares, como ela mesmo afirma em uma de suas falas *"[...] ah vamos fazer tal coisa e [o professor] virar pra mim e perguntar 'tu tem certeza que consegue fazer isso?' tipo sei lá uma conta ou um exercício extra. Por que que eu não conseguiria?".*

[10] Disponível em: https://www.skoob.com.br/autor/16971-neusa-santos-souza - Acesso em 26 de maio de 2020.

No entanto, vale ressaltar que mesmo isso acontecendo por conta do racismo, isso não faz com que as políticas públicas discutam sobre o tema e nem que as ciências sociais e humanas analisem essas questões com mais profundidade (GOMES; LABORNE, 2018). Portanto, para que todas essas mortes entre a população negra consigam ser evitadas, é necessário que o Estado se comprometa mais com o fim das desigualdades raciais. Além disso, é necessário também que a sociedade se comprometa, pois de acordo com as estatísticas, 56% da população brasileira concorda com a afirmação de que "a morte violenta de um jovem negro choca menos a sociedade do que a morte de um jovem branco" (p.12). Ou seja, esses dados revelam como a sociedade tem tratado o problema do racismo com indiferença e como se isso não fosse um problema de todos/as (GOMES; LABORNE, 2018). Com um dos relatos de Liz considero que ela pensa da mesma forma, ou seja, ela acredita que a população branca enxerga isso com indiferença, como se não fosse o problema de todos/as. Portanto, a mesma afirma

> *[...] tem dois lados do racismo, o racismo que a gente tem a consciência que é o racismo e o racismo que a gente só reproduz, e às vezes as pessoas reproduzem o racismo e não se dão conta que estão reproduzindo o racismo, e se tu falar que elas estão sendo racistas, elas ficam tipo 'putz, não tô não minha querida', e não é assim.*

Contudo, percebe-se que a violência entre os povos negros/as estão presentes ao longo da sua trajetória de vida e a própria juventude negra está atenta a essa situação (GOMES; LABORNE, 2018), inclusive Liz, pois a mesma em uma de suas falas relatou que quando ela presencia situações de racismo ela sente muita raiva, não consegue entender porque as pessoas fazem isso, sendo assim, ela afirma: *"ah eu ficava com uma raiva, meu Deus eu ficava possessa".*

Entretanto, para poder lutar contra todos esses mitos/estereótipos que existem em nossa sociedade e foi citado aqui, se torna necessário buscar saídas para enfrentar o racismo, e ao situar essa discussão na contemporaneidade, a filósofa brasileira Djamila Ribeiro, em seu livro "Pequeno Manual Antirracista", afirma que o primeiro passo que os negros/as precisam dar para poder ir à luta, é tentar combater o silêncio e a negação que existe acerca do tema "racismo" entre os/as brancos/as, e para isso ocorrer se torna necessário fazer com que os/as brancos/as reconheçam que existe sim as desigualdades raciais. No entanto, é preciso superar o tabu que existe acerca dessa temática, pois esta opressão já existe há séculos e está atingindo todos/as os/as negros/as em todos os lugares, isso está ocorrendo exatamente por existir a falta

de reflexão sobre o racismo, e, consequentemente, esta fazendo com que os sujeitos aceitem essa violência como se fosse algo que já se tornou naturalizado (RIBEIRO, 2019).

Sendo assim, é necessário ter em mente que para poder superar essa "naturalização", deve-se tirá-la da invisibilidade, afinal, estamos vivendo em um mundo em que ocorrem as desigualdades raciais, portanto, é preciso sim estudar, escutar e se informar sobre negritude e branquitude (RIBEIRO, 2019). Liz concorda com a mesma ideia de Ribeiro, pois ao ser questionado o que Liz falaria a pessoas racistas, a mesma respondeu *"estudem, se aprofundem, conheçam mais sobre e se coloquem no lugar dos outros"*. Isto é, de acordo com Liz e Ribeiro (2019), para que as pessoas entendam realmente que existem as desigualdades raciais e que elas cometem essas desigualdades mesmo que seja inconscientemente, elas precisam se aprofundar mais ao tema, pois só assim conseguirão compreender o que realmente é o racismo e assim poderão parar de cometer atos racistas.

Em relação a isso, Ribeiro (2019) afirma também, que muitos brancos/as preferem permanecer nesse silêncio e buscar apenas tratar os negros/as gentilmente, porque acreditam que desta forma não vão estar sendo racistas, porém, ficar calado os torna sim ética e politicamente responsável por manter as relações-raciais, pois os/as mesmos/as vão continuar se beneficiando dos seus privilégios, ou seja, permanecer em silêncio não vai mudar nada, não vai fazer com que a opressão tenha um fim. E como já foi trazido anteriormente pode se considerar esse um dos dois lados racistas que Liz cita em uma de suas falas, portanto esse seria o lado que ela diz *"as pessoas reproduzem [...] e não se dão conta que estão reproduzindo o racismo".*

Sendo assim, é necessário que os/as brancos/as comecem a se responsabilizar pelos seus atos, pois se hoje existe o racismo, é porque o povo branco decidiu tratar os negros/as como escravos/as e mercadorias (RIBEIRO, 2019). No entanto, vale ressaltar, que neste caso, responsabilizar significa ter atitudes antirracistas, isto é, os/as brancos/as precisam começar a praticar pequenos exercícios de percepção para poder transformar as situações de violência que existem (RIBEIRO, 2019). E ao pensar nessas violências que os brancos fazem com os negros, pode se remeter a uma situação que Liz trouxe em um de seus relatos, ela disse que

> *Tinha uma tia lá [na casa de acolhimento] que era negra, e aí às vezes alguém falava 'ah tal fulana não é negra', tipo tinha duas gêmeas lá na casa e as duas eram brancas, mas uma tinha traços negros e a outra era branca branca, aí falavam que a fulana não é negra, só que ela era, porque a mãe dela era negra e ela como gêmea pegou os traços da mãe dela, e a outra não, aí sempre rolava disso 'ah tu*

> *não pode dizer que ela não é negra só porque ela não é negra retida' aí se pegavam de porrada de discutir bravo de tipo 'a fulana não é negra, a fulana é branca, não sei o que' sempre um pé de guerra.*

Ou seja, aqui pode-se perceber que houve uma violência com essa criança, pois não estavam querendo aceitar o seu pertencimento étnico-racial, isto é, que ela realmente era negra. Ademais, Djamila Ribeiro nos apresenta também em seu livro "Quem tem medo do feminismo negro?", publicado em 2018, que as vidas negras não importam dentro da lógica racista, e como já foi mencionado anteriormente, os/as jovens negros/as são a maior população vítima de homicídio e é a população que mais tem os seus direitos negados, portanto, isso comprova como realmente a sociedade enxerga esses sujeitos como vidas que não importam. E ao pensar nessa questão de que a sociedade enxerga que as vidas dos/as negros/as não importam, pode se trazer novamente como exemplo o que Liz relatou sobre o menino negro da outra casa de acolhimento que foi revistado por policiais e também quando a adolescente negra do acolhimento foi acusada de roubar uma carteira sem ter provas. Isso nos mostra o quanto o Estado/Instituições não dão valor a essas pessoas, simplesmente os julgam por conta de um estereótipo que existe no imaginário social.

Diante dos expostos, percebe-se a urgência que existe de os/as brancos/as começarem a tomar atitudes antirracistas, pois as vidas dos/as negros/as importam, e desta forma, já passou da hora de a sociedade se responsabilizar por eles/as e exigir políticas públicas de reparação e ampliação dos direitos para a população negra. E com isso, seguimos dizendo: "Vidas negras importam", como traz a fala de Angela Davis que Djamila Ribeiro usou em seu livro "Quem tem medo do feminismo negro?".

Contudo, Munanga (2003 apud DAMASCENO; ZANELLO 2018) em seus escritos, traz que a área da Psicologia da pouca atenção para o tema racismo, e isso pode se comprovar com o que Martins e outros (2012 apud DAMASCENO; ZANELLO 2018) corroboram quando afirmam que desde a década de 1930, até atualmente, a área de Psicologia Social é a que mais produz sobre o tema e se preocupa com essas questões, fazendo com que surjam questionamentos sobre as demais Psicologias. No entanto, se afirmamos que as vidas dos/as negros/as importam, se torna necessário declarar que esta área precisa estar mais presente e comprometida em relação a esta temática, pois se estes/as profissionais continuarem ausentes criticamente, isso poderá fazer com que os/as mesmos/as não se atentem aos processos de preconceito, discriminação e racismo (MUNANGA, 2003, apud DAMASCENO; ZANELLO 2018). Como consequência, isso poderá produzir efeitos nos processos de acolhimento e

atendimento no qual os/as profissionais talvez não consigam contribuir de forma a garantir os direitos dos/as negros/as, quando estes/as procurarem por ajuda psicológica por estarem sofrendo pelos desdobramentos psicossociais do racismo (MUNANGA, 2003, apud DAMASCENO; ZANELLO 2018).

Liz é um exemplo de pessoa que já procurou um profissional da área de Psicologia para tratar sobre o seu sofrimento relacionado ao racismo, se afirma isso, pois quando foi questionado a ela se a mesma já havia procurado ajuda psicoterapêutica por sofrer por conta do racismo, ela relatou que sim, que procurava *"quando algo a deixava triste em relação ao racismo"*. Com isso questiona-se, como um/a psicólogo/a sem conhecimento iria dar conta de acolher essa pessoa em sofrimento? Pois como foi visto até aqui, a Psicologia por muitos anos negou o racismo e atualmente está dando pouca atenção a esta temática, o que se torna preocupante. Pois, estes sofrimentos que os/as negros/as levam aos profissionais, por conta das desigualdades raciais, são reais, e se o/a profissional não souber lidar com isso, por falta de preparo, além de estar reproduzindo práticas racistas, vai estar também contribuído para o adoecimento psíquico destes sujeitos (OLIVEIRA; SABATINE, 2018). E segundo o Código de Ética do Profissional de Psicologia, é vedado ao psicólogo "praticar ou ser conivente com quaisquer atos que caracterizem negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão" (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA, 2005, p.9).

Sendo assim, é necessário afirmar que os/as psicólogos/as precisam sim, superar o silêncio que existe acerca do tema, pois se não fizerem isto, não vão estar prestando os serviços psicológicos com qualidade, e de acordo com o Código de Ética do Profissional de Psicologia, o/a psicólogo/a deve basear "o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos" (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA, 2005, p.7).

Além disso, Liz informou também que quando algo a incomodava em relação ao racismo, além dela levar isso para a sua psicóloga, ela conversava sobre isso também com os/as funcionários/as da casa. Um exemplo que ela trouxe sobre buscar ajuda com superiores da casa, foi quando ocorreu de terem acusado a menina negra de ter roubado a carteira sem ter provas, sendo assim, ela relatou *"tipo apesar dessa pessoa em específico não ter respeitado a gente igualmente né, porque tinham 20 pessoas dentro da casa, ele acusa uma, apesar dele não ter respeitado a gente desse jeito, tinham superiores no caso né"*. Portanto, com esse

relato de Liz percebe-se a importância de não só o/a psicólogo/a ter um preparo para lidar com o sofrimento desses/as jovens, mas os/as próprios funcionários/as da casa de acolhimento também.

Porém, de acordo com Halpern e outros (2015, p. 97) em sua pesquisa realizada em dois abrigos do Rio de Janeiro, eles obtiveram como resultado uma falta de preparo dos educadores para lidar com esses/as jovens. Um dos sujeitos que participaram dessa pesquisa relatou aos pesquisadores que "*Eu não tive formação nenhuma. Não quiseram saber de meu currículo, onde é que eu estava, para onde é que eu fui; me joga lá e se vira*". Além disso, outro sujeito relatou também

> *Na verdade, eu trabalhava como agente de portaria no outro Cemasi, e lá eu tive a oportunidade de passar pra educador social. Meio que um porteiro, recepcionista, fazer de tudo um pouquinho desses dois. E aproveitei a oportunidade pra trabalhar como educador. Eu tomei até um susto, um dia, porque eu achava os adolescentes muito difícil (*sic*) de lidar.*

Para mais, os autores informaram em sua pesquisa também, que profissionais que são concursados, os gestores nem analisam o seu histórico profissional. Sendo assim, conclui-se que a equipe técnica que faz parte da casa de acolhimento não precisa nem ter uma formação para poder trabalhar nesse local, o que faz isso se tornar preocupante, pois como eles/as conseguirão lidar com o sofrimento que os/as jovens vivenciam?

Além disso, de acordo com Marques e outros (2007), além dessa falta de preparo por parte dos/as profissionais, ocorre também à falta de existir um número insuficiente de cuidadores dentro das casas de acolhimento, e por conta disso, torna-se necessário redimensionar, o número de cuidadores em relação ao número de crianças. Afinal,

> A criança necessita estabelecer relações afetivas com os cuidadores e precisam deles para se estruturar como sujeito, com identidade própria, são os cuidadores que os escutam, os entendem; que cuidam deles atendendo suas necessidades na medida do possível, que lhes dão carinho, afeto, que lhes proporcionam oportunidades seguras de explorar e conhecer o mundo que as rodeiam, condições essenciais ao adequado crescimento e desenvolvimento destas crianças (MARQUES et al, 2007, p 32.).

Sendo assim, conclui-se que é preciso que além dos/as profissionais de Psicologia se aprofundem mais sobre o tema, esses/as cuidadores precisam também ter um maior preparo técnico, precisam saber se aproximar, conversar, trocar, escutar e perceber, não só como cuidadores, mas como seres humanos também, ou seja, é preciso que haja uma empatia por parte desses/as profissionais, pois só assim conseguirão escutar/acolher de maneira adequada e eficaz o sofrimento desses sujeitos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das estatísticas encontradas no cadastro do Conselho Nacional de Justiça (2019), no qual mostra que a maioria dos/as pretendentes que estão na fila de espera para adotar, aceitam apenas crianças/adolescentes brancas, e diante da fala de Liz, na qual traz que durante toda a sua vivência dentro do acolhimento institucional apenas uma vez ocorreu de adotarem um grupo de irmãs que eram indígenas e *"o resto [das crianças adotadas] eram só brancas"*. Fica evidente que as crianças/adolescentes negras têm sim menos chances de serem adotadas, e por conta disso estão sujeitas há ficar um tempo maior no acolhimento institucional, correndo até o risco de nunca serem adotadas, como aconteceu com a Liz.

Além disso, após realizar toda a análise de linhas teóricas, no qual ficou evidente que as vidas dos negros/as são muitas vezes consideradas de nenhum valor para o meio social, e também após realizar toda a análise das entrevistas feitas com Liz, em que trouxe vários exemplos de desigualdades e preconceitos raciais que já vivenciou e seus conhecidos vivenciaram também, pode-se concluir que essa ausência na adoção de crianças/adolescentes negras ocorre sim por conta de um de um racismo existente em nossa sociedade desde o século XV.

Para mais, diante de todos os expostos, conclui-se que para superar essas desigualdades raciais é necessário que as políticas públicas comecem a se comprometer mais com essa temática, bem como a nossa sociedade também, pois como foi visto durante todo o projeto, a sociedade branca prefere ficar em silêncio em meio a essas desigualdades raciais, pois só assim os/as mesmos/as continuarão se beneficiando dos seus privilégios (RIBEIRO, 2019). Além do mais, é preciso que as ciências sociais e humanas analisem mais essas questões também, e ao pensarmos em ciências humanas, inclui-se aqui a área de Psicologia, pois ao longo de tantas leituras é possível perceber que existe uma negação dessa profissão frente a esta temática também. Pode se citar como exemplo, a minha própria experiência acadêmica, pois durante toda a minha graduação quase não foi abordado sobre o tema racismo, ou seja, a temática foi aprofundada apenas na Unidade de Aprendizagem de Psicologia social. Isso vai de encontro com o que Martins e outros (2012 apud DAMASCENO; ZANELLO 2018) trazem, pois os mesmos afirmam que a área de Psicologia Social é a que mais produz sobre o tema, fazendo com que surjam questionamentos sobre as demais Psicologias.

No entanto, é preciso ressaltar que é de extrema importância que essa profissão tenha um maior aprofundamento em relação ao tema. Afinal, com todos os relatos que foram vistos de Liz, pode-se concluir que é possível que esses jovens negros/as possam desenvolver sim um sofrimento psíquico, pois além de não haver um preparo para o momento da saída da casa, esses jovens negros/as sofrem de racismo tanto dentro da casa de acolhimento, quanto fora, ou seja, sofrem discriminações em diversas situações e contextos, e desta forma, conclui-se que é necessário o cuidado à Saúde Mental dos/as mesmos/as.

Sendo assim, é preciso que estes/as profissionais da área da Psicologia fiquem mais presentes e comprometidos em relação a este tema, pois se os/as mesmos/as continuarem ausentes em relação a isso, isso poderá produzir efeitos nos processos de acolhimento e atendimento a esses jovens negros/as em sofrimento (MUNANGA, 2003, apud DAMASCENO; ZANELLO 2018), ou seja, pode ocorrer de os/as profissionais talvez não consiguirem contribuir de forma adequada durante o acolhimento dos/as negros/as, e consequentemente, os mesmos acabarão sendo discriminados/as por quem deveria estar acolhendo eles/as (VEIGA, 2019).

Por fim, ao pensar nessa questão das linhas teóricas ressaltarem a importância de se superar o silêncio/negação acerca do tema, pois só assim conseguirão superar essa violência que já se tornou tão naturalizada em nosso meio social, gostaria de finalizar o artigo com a fala de Liz *"estudem, se aprofundem, conheçam mais sobre e se coloquem no lugar dos outros"*.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

AMARANTE, Paulo (Coord.). **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

AMARANTE, Paulo. **Saúde e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

AMIM, Isabela Dias; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. **Preferências por características do futuro filho adotivo manifestadas por pretendentes à adoção**. 2007. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/7653. Acesso em: 31 mar. 2020.

ARAUJO, Ana Isabel dos Santos Félix; FARO, André. **Motivações, dificuldades e expectativas acerca da adoção: perspectivas de futuros pais adotivos**. 2017. Disponível

em: http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/7926. Acesso em: 31 mar. 2020.

Associação dos Magistrados Brasileiros. **Adoção**: passo a passo. s/a. Disponível em: https://www.mprs.mp.br/media/areas/infancia/arquivos/adocaopassoapassso.pdf. Acesso em: 31 mar. 2020

BRASIL. **Cadernos de orientações técnicas**: serviços de acolhimentos para crianças e adolescentes 2009. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-alcolhimento.pdf. Acesso em: 31 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013.** Dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 04 maio. 2020.

Conselho Federal de Psicologia. **Relações Raciais**: referências técnicas para a atuação de psicólogos(as). 2017. Disponível em: https://site.cfp.org.br/publicacao/relacoes-raciais-referencias-tecnicas-para-pratica-dao-psicologao/. Acesso em: 31 mar. 2020.

Conselho Regional de Psicologia do Paraná. **Psicologia e relações Étnico-Raciais**: diálogos sobre o sofrimento psíquico causado pelo racismo. 2016. Disponível em: https://crppr.org.br/wp-content/uploads/2019/05/AF_CRP_CadernoEtnico_Social_pdf.pdf. Acesso em: 31 mar. 2020.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**, publ. XIII Plenário do Conselho Federal de Psicologia, Brasília, 2005.

COSTA, Carolina Rippel. **O acolhimento institucional de crianças e adolescentes: interfaces da história e o trabalho da Psicologia.** 2014. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/194559/001093818.pdf?sequence=1. Acesso em: 02 nov. 2020.

DAMASCENO, Marizete Gouveia; ZANELLO, Valeska M. Loyola. **Saúde Mental e Racismo Contra Negros: Produção Bibliográfica Brasileira dos Últimos Quinze Anos**. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932018000300450&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 abr. 2020.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 10. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2015. Acesso em: 29 jun. 2019.

FONTELLES, Mauro José et al. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. **Revista Paraense de Medicina**, 2009, p. 1-8. Disponível em: <https://cienciassaude.medicina.ufg.br/up/150/o/Anexo_C8_NONAME.pdf> Acesso em: 04 jun. 2020

GOMES, Nilma Lino; LABORNE, Ana AmÉlia de Paula. **Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra**. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-46982018000100657&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 05 maio 2020.

HALPERN, Elizabeth Espindola et al. **Seleção, capacitação e formação da equipe de profissionais dos abrigos: o hiato entre o prescrito e o real.** 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462015000400091&script=sci_arttext. Acesso em: 02 nov. 2020.

LIMA, Emanoel José Batista de. **O cuidado em saúde mental e a noção de sujeito**. 2011. Disponível em: http://books.scielo.org/id/xg9wp/pdf/spink-9788579820571-09.pdf. Acesso em: 04 maio 2020.

MARQUES, Cláudia Maria Leal et al. **A percepção dos cuidadores sociais de crianças em abrigos em relação ao processo de cuidar.** 2007. Disponível em: https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/102/122. Acesso em: 02 nov. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social. Teoria, Método e Criatividade**. 2001. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf. Acesso em: 09 jun. 2020.

OLIVEIRA, Anderson Alves de; SABATINE, Francielle. **Psicologia e racismo: uma discussão contemporânea**. 2018. Disponível em: http://revista.famma.br/unifamma/index.php/RIC/article/view/402. Acesso em: 08 maio 2020

PELLENZ, Franciele Cristine dos Santos. **Adoção: a influência dos critérios imaginários dos adotantes no instituto**. 2018. Disponível em: http://www.pucrs.br/direito/wp-content/uploads/sites/11/2019/01/franciele_pellenz.pdf. Acesso em: 31 mar. 2020.

PORTO, Ana Maria Pereira et al. **A saúde mental permeando o desacolhimento de adolescentes dos abrigos institucionais da cidade de Pelotas: um relato de experiência.** 1987. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/enfermagem/article/view/3500. Acesso em: 31 mar. 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista.** 1º ed. - São Paulo: Companhia de letras, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** 1ª ed. –São Paulo: Companhia de Letras, 2018.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**.** Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SPINK, Mary Jane; MEDRADO, Benedito. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano.** Ed. Virtual- Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da Pesquisa**. 2009. Disponível em: https://biblioteca.isced.ac.mz/bitstream/123456789/785/1/METODOLOGIA%20DA%20PESQUISA.pdf. Acesso em: 04 jun. 2020.

VEIGA, Lucas Motta. **Descolonizando a psicologia:** notas para uma psicologia preta. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-02922019000600244&script=sci_arttext. Acesso em: 08 abr. 2020.

YIN, Robert K.. **Estudo de caso: Planejamento e metódos**. 2015. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=EtOyBQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PR1&dq=yin+estudo+de+caso&ots=-l4jmlC-zC&sig=Z1eqoEsUBobHXYVY6nzHYISB28U#v=onepage&q=defini%C3%A7%C3%A3o&f=false. Acesso em: 03 nov. 2020.